

disseminação destas bactérias pode ocorrer através de equipamentos hospitalares ou superfícies próximas ao paciente. Essa disseminação pode ser controlada com a limpeza e desinfecção destas superfícies, porém poucas instituições reforçam a prática na rotina. Sobrecarga de trabalho, distanciamento da gestão, falta de insumos e de conhecimento da técnica adequada e baixo cultivo da cultura de segurança (CS) institucional podem colaborar na má adesão à limpeza concorrente. Sabendo que uma atmosfera institucional desorganizada influencia diretamente na segurança do paciente, este estudo pretende conhecer e entender os pontos fracos e fortes da CS pela percepção da equipe (clima de segurança).

**Objetivo:** Caracterizar o clima de segurança da equipe de enfermagem de uma UTI e analisar sua correlação com a adesão à limpeza concorrente nos três diferentes turnos.

**Método:** Coorte observacional realizada em uma UTI com 20 leitos. O clima de segurança foi avaliado através do Questionário de Atitudes de Segurança (SAQ). Limpeza ambiental avaliada em 10 pontos de alto toque com gel fluorescente antes e após o plantão.

**Resultados:** Amostra: 52 profissionais de enfermagem (34 técnicos de enfermagem e 18 enfermeiros). O clima de segurança mostrou-se prejudicado com uma pontuação global de 52,7 pontos. Apenas um domínio apresentou uma média adequada (> 75): percepção do estresse (80). Os domínios com médias mais altas foram “percepção do estresse” (80) e “satisfação no trabalho” (69). As médias mais baixas foram “condições de trabalho” (34) e “percepção da gerência da unidade e do hospital” (38) (pior em gerência do hospital: 33). De 68 leitos avaliados, apenas um apresentou conformidade na limpeza ambiental.

**Conclusão:** O distanciamento da gerência associado às condições de trabalho podem estar associadas a uma piora no clima de segurança da equipe. Parece haver forte associação na baixa adesão à limpeza ambiental com uma equipe com CS fragilizada, porém mais estudos são necessários para avaliar se essa associação se mantém constante em um tempo maior de observação. É necessária a promoção e implementação de melhorias tanto de forma estrutural quanto organizacional com maior envolvimento dos gestores.

<https://doi.org/10.1016/j.bjid.2024.104212>

ÁREA: INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS – IST

**EP-306 - CAMINHOS DE RESILIÊNCIAS: VIVÊNCIAS MATERNAS NO ENFRENTAMENTO DA SÍFILIS CONGÊNITA E O PAPEL DAS REDES DE APOIO**

Natália Maria V. Pereira Caldeira,  
Nayara Gonçalves Barbosa,  
Flavia Azevedo Gomes-Sponholz,  
Lucila Nascimento Castanheira,  
Ana Lúcia de Lima Guedes,  
Fernanda Maria V. Pereira Ávila,  
Giovanna Cristina Machado-Kayzuka,  
Talia Fernandes Almeida

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora, MG, Brasil

**Introdução:** A sífilis congênita é um problema de saúde pública significativo, podendo levar a diversos desfechos perinatais desfavoráveis e sequelas graves para a criança. No Brasil, os casos de sífilis congênita e gestacional continuam aumentando, destacando a necessidade de diagnóstico, tratamento e prevenção oportunos. A falta de acompanhamento adequado durante o pré-natal pode resultar em desfechos indesejados para o neonato, como hospitalização prolongada e impactos no neurodesenvolvimento. Apesar de muitos estudos se concentrarem nos aspectos clínicos da sífilis congênita, há uma lacuna na compreensão das experiências maternas, especialmente em relação aos aspectos afetivos e psicológicos. A importância das redes de apoio também é subestimada neste contexto, apesar de seu potencial para mitigar os efeitos da sífilis congênita.

**Objetivo:** Conhecer as vivências de mães de crianças com sífilis congênita frente ao diagnóstico e hospitalização da criança.

**Método:** Estudo descritivo, de abordagem qualitativa, fundamentado no conceito das redes de apoio social. Após aprovação ética, foram realizadas entrevistas individuais e semiestruturadas, submetidas à análise de conteúdo. Foram incluídas 14 mães de crianças com sífilis congênita em acompanhamento ambulatorial em um serviço de referência.

**Resultados:** Identificou-se a culpa da mulher e sua responsabilização pela transmissão da sífilis congênita. As mulheres vivenciaram sentimentos de tristeza, dúvidas em relação ao filho, a concepção equivocada de tratar-se de uma doença incurável e o medo da morte da criança. A vivência da sífilis congênita foi permeada por estigma e preconceitos. A internação da criança foi um momento de choque, sobretudo diante da separação da criança, e da necessidade de realização de procedimentos invasivos. A perspectiva de melhora da criança, bem como o reconhecimento dos benefícios do tratamento, atrelado a fé e conformação de uma rede de apoio foram fundamentais no processo de superação.

**Conclusão:** A presença da rede de apoio na jornada de enfrentamento da sífilis congênita é capaz de modular a experiência materna da doença, apontando para a necessidade de educação em saúde e ações mais inclusivas no contexto de saúde materno-infantil, desde o pré-natal.

<https://doi.org/10.1016/j.bjid.2024.104213>

**EP-307 - PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DA SÍFILIS CONGÊNITA NO ESTADO DE SÃO PAULO**

Érika Vilharba

Universidade Nove de Julho (UNINOVE), Campus Bauru, Bauru, SP, Brasil

**Introdução:** A sífilis é uma infecção sexualmente transmissível causada pelo *Treponema pallidum* em seu primeiro momento assintomática, com possibilidade de transmissão vertical possuindo caráter de notificação compulsória desde 1986. Responsável por causar inúmeras afecções em menores de um ano de vida, como abortos, prematuridade e baixo peso ao nascer.

**Objetivo:** O objetivo deste estudo é analisar o perfil epidemiológico da sífilis congênita no estado de São Paulo, identificando quais os grupos de maior vulnerabilidade para esta doença.

**Método:** Trata-se de uma revisão narrativa, selecionando artigos dos últimos 5 anos na base de dados LILACS, Scielo e o Boletim Epidemiológico de Sífilis 2023. Foi utilizado como critério de inclusão artigos que discutiam o perfil epidemiológico da sífilis congênita e gestacional no Brasil e no Estado de São Paulo.

**Resultados:** No Brasil de 2017 a 2022 foram notificados 537.401 casos de sífilis gestacional, destes 44,0% evoluíram para sífilis congênita. Já em 2022 houve 83.034 casos em gestantes com a doença, atingindo uma taxa de incidência de 32,4 casos/1.000 nascidos vivos (NV). Dados mais recentes evidenciam que no Estado de São Paulo em 2022 foram notificados 18.702 casos na gestação (36,5/1.000 NV) com 24,0% evoluindo para infecção transplacentária (8,9/1.000 NV). Número ainda bem distante da meta estabelecida pela OMS de 0,5/1.000 NV. Houve maior incidência de sífilis congênita em filhos de mães com idade entre 20 e 29 anos (58,9%), seguida de mães adolescentes de 10 à 19 anos (19,0%), em sua maioria autodeclaradas pardas. A classificação do item escolaridade sofreu interferência de análise, pois 30% das fichas preenchidas tiveram este item ignorado. Como fator de risco para sífilis congênita o não tratamento da parceria sexual, item este não mais obrigatório para classificação de sífilis adequadamente tratada, além da não adesão ao uso de preservativo favorecendo a reinfeção e o aumento das chances de transmissão transplacentária.

**Conclusão:** Evidencia-se alta incidência de sífilis congênita no estado de São Paulo, onde o grupo de maior vulnerabilidade são mulheres jovens, autodeclaradas pardas com parcerias sexuais não tratadas. Sendo identificado a grande importância do preenchimento adequado das fichas de notificação, para que haja a possibilidade de um melhor detalhamento das características epidemiológicas da doença, com o objetivo de facilitar o desenvolvimento de medidas preventivas contra tal afecção.

<https://doi.org/10.1016/j.bjid.2024.104214>

#### EP-308 - TENDÊNCIAS TEMPORAIS NAS ALTERAÇÕES HISTOPATOLÓGICAS NO COLO DO ÚTERO RELACIONADAS À INFECÇÃO POR HPV: UMA ANÁLISE EPIDEMIOLÓGICA NO ESTADO DE SÃO PAULO (2014-2023).

Giovanna Marcelino

Universidade Nove de Julho (UNINOVE), São Paulo, SP, Brasil

**Introdução:** A infecção pelo Papilomavírus Humano (HPV) é a mais comum entre as infecções sexualmente transmissíveis, afetando aproximadamente 80% da população sexualmente ativa no mundo. Essa infecção está intimamente ligada às lesões precursoras do câncer cervical, resultando em alterações histopatológicas no colo do útero. A infecção pelos subtipos de alto risco, juntamente com o diagnóstico

tardio das lesões, aumentam o risco de desenvolvimento de neoplasias.

**Objetivo:** Este estudo visa realizar uma análise quantitativa e temporal das alterações histopatológicas no colo do útero no período de 2014 a 2023 no Estado de São Paulo.

**Método:** Trata-se de um estudo transversal e quantitativo, a partir da análise de dados do Sistema de Informação do Câncer (SISCAN/DATASUS) sobre alterações histopatológicas no colo do útero entre 2014 e 2023 no Estado de São Paulo. Foram incluídos perfil étnico de pacientes e faixa etária de 10 a 79 anos e mais. Os dados foram analisados por meio dos softwares Jamovi e Microsoft Excel.

**Resultados:** Entre os períodos de 2014 a 2023, foram notificadas 20.658 alterações histopatológicas no colo do útero no Estado de São Paulo. A maior prevalência foi na faixa etária de 30 a 39 anos (32%), seguido pelo grupo de 20 a 29 anos (27,7%). A lesão precursora com maior frequência foi a NIC 1 (44,46%). O ano com maior incidência de alterações foi 2018, com 2.477 laudos. Em relação ao grupo étnico, pacientes brancas possuem maiores prevalências nas alterações cervicais histopatológicas, com 13.134 laudos (63,57%).

**Conclusão:** Observa-se que complicações graves relacionadas ao HPV possuem progressão lenta, logo, o diagnóstico precoce das alterações histopatológicas no colo do útero é crucial para prevenir o câncer cervical.

<https://doi.org/10.1016/j.bjid.2024.104215>

#### EP-309 - CENÁRIO EPIDEMIOLÓGICO DAS INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS EM MULHERES PRIVADAS DE LIBERDADE NO BRASIL.

Giovanna Nardoza Martinez Reis,  
Heloísa Rodrigues Marmé, Laura Vale Farao,  
Rubén Darío Soares Núñez,  
Deborah Christine R. Soares de Núñez

Universidade Metropolitana de Santos (UNIMES),  
Santos, SP, Brasil

**Introdução:** A população carcerária feminina enfrenta desafios como acesso limitado à educação, saúde e renda, contribuindo para altas taxas de infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) no ambiente prisional. A ausência de educação sexual adequada e os antecedentes das detentas, como histórico de alcoolismo, uso de drogas injetáveis, múltiplos parceiros sexuais e ocorrências prévias de ISTs, são fatores contribuintes. Nessa perspectiva, urge analisar o panorama epidemiológico do Brasil no que concerne a prevalência de ISTs no sistema prisional feminino, de forma a implementar estratégias preventivas eficazes.

**Objetivo:** Analisar o cenário epidemiológico das infecções sexualmente transmissíveis em contextos prisionais femininos no Brasil.

**Método:** Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, realizada em abril de 2024, a partir das bases de dados eletrônicas Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), Scielo e PubMed. Para a busca foram estabelecidos os seguintes descritores: "Infecções Sexualmente Transmissíveis", "Prisioneiros" e